

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

LEI DO MANDADO DE SEGURANÇA

COMENTADA ARTIGO POR ARTIGO

2ª Revista,
atualizada
edição e ampliada



Sumário

PARTE I NOÇÕES GERAIS

Capítulo I HISTÓRICO DO MANDADO DE SEGURANÇA

1. Antecedentes
2. O mandado de segurança no regime constitucional
3. Direitos e garantias fundamentais
4. Tutela jurisdicional aos direitos fundamentais
5. Natureza da ação de mandado de segurança
6. A elevada importância do mandado de segurança no plano das garantias constitucionais

PARTE II COMENTÁRIOS À LEI Nº 12.016/2009, ARTIGO POR ARTIGO

Capítulo II TUTELA PARA AS VÍTIMAS DE ILEGALIDADE E ABUSO DE PODER POR ATO DE AGENTE PÚBLICO

7. Introdução
8. Conceito legal
 - 8.1. Princípio da legalidade e submissão do Poder Público ao controle judicial
 - 8.2. Ilegalidade e abuso de poder
 - 8.3. Injuridicidade no plano do procedimento
 - 8.4. Cabimento do mandado de segurança em caso de ato administrativo praticado com desrespeito à garantia do contraditório e ampla defesa
 - 8.5. Mandado de segurança e a teoria do fato consumado
9. Mandado de segurança repressivo e mandado de segurança preventivo
 - 9.1. Mandado de segurança preventivo e lei em tese
 - 9.2. Mandado de segurança preventivo em matéria tributária
 - 9.3. Mandado de segurança contra ato normativo de efeito concreto
10. Sumariedade do procedimento
 - 10.1. Razão de ser da sumariedade do mandado de segurança
11. Natureza mandamental da ação
12. Pressupostos processuais e condições da ação: noções gerais
 - 12.1. Pressupostos processuais e condições da ação em mandado de segurança
 - 12.2. Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo
 - 12.3. O direito líquido e certo é condição da ação ou mérito do mandado de segurança?
 - 12.4. Momento da avaliação do direito líquido e certo
 - 12.5. O direito líquido e certo e o concurso público
 - 12.6. A jurisprudência do STF
13. Mandado de segurança contra ato omissivo
14. Livre disponibilidade da tutela mandamental

15. Competência para o mandado de segurança
 - 15.1. Regras legais sobre a competência para o mandado de segurança
16. Mandado de segurança em matéria penal
17. O mérito da ação de mandado de segurança
 - 17.1. Julgamento do mérito e lei superveniente
18. Partes na ação de mandado de segurança
 - 18.1. Legitimação ativa
 - 18.2. Legitimação ordinária
 - 18.3. Legitimação extraordinária para o mandado de segurança
 - 18.4. Direito comum a diversos titulares
 - 18.5. Legitimação passiva
 - 18.6. Autoridade coatora
 - 18.7. Pessoa jurídica interessada
 - 18.8. Legitimidade recursal
 - 18.9. Caracterização de autoridade
 - 18.10. Erro na nomeação da autoridade coatora
19. Equiparações legais de autoridade coatora
20. Mandado de segurança contra ato de colegiado
21. Sociedades de economia mista e empresas públicas
 - 21.1. Atos de gestão comercial
 - 21.2. Concessionários e permissionários
22. Assistência e intervenção de terceiro
23. Intervenção de *amicus curiae* no mandado de segurança
24. Intervenção da União em mandados de segurança em que figurem, como partes, entidades da Administração Pública Federal indireta (Lei nº 9.469)

Capítulo III

AUTORIDADE COATORA FEDERAL

25. A autoridade coatora federal. Competência da Justiça Federal
26. Autoridade coatora em geral e autoridade coatora federal
27. Ausência de efeitos patrimoniais para a União
28. A jurisprudência sobre os concessionários de serviço público federal e a competência para o mandado de segurança
29. Uma ponderação de ordem constitucional sobre a regra do art. 2º da Lei do Mandado de Segurança e a garantia do “juiz natural”
 - 29.1. Corolário da tese jurisprudencial relativa a segurança contra ato de concessionária de serviço público federal
30. Situações de conflito em torno da competência da Justiça Federal

Capítulo IV

SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL

31. Legitimação de terceiro interessado: substituição processual
32. Outro caso de legitimação extraordinária (parcial)
33. Requisitos da substituição processual
34. Notificação do legitimado originário
35. O prazo da notificação e o prazo de decadência da ação mandamental

Capítulo V

MANDADO DE SEGURANÇA EM REGIME DE URGÊNCIA

36. Impetração do mandado de segurança por meio eletrônico
37. Notificação e intimação por meio eletrônico

Capítulo VI

RESTRIÇÕES AO CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA

38. Restrições de origem constitucional
39. Ato praticado em processo administrativo
40. Mandado de segurança contra decisão judicial
41. Ato judicial omissivo
42. Decisão judicial transitada em julgado
43. O esvaziamento do cabimento do mandado de segurança contra ato judicial
44. Prazo para impetração da segurança contra ato judicial: ato jurisdicional e ato administrativo do Poder Judiciário
45. Julgados dos Juizados Especiais
 - 45.1. Mandado de segurança contra decisão interlocutória nos Juizados Especiais
46. O problema da competência para processar o mandado de segurança contra decisões dos Juizados Especiais
47. Mandado de segurança do terceiro prejudicado por decisão judicial
48. Mandado de segurança contra órgão fracionário de tribunal
49. Ato disciplinar
50. Atos “*interna corporis*”

Capítulo VII

A PROPOSITURA DO MANDADO DE SEGURANÇA

51. A importância da petição inicial
52. Petição inicial defeituosa ou incompleta
53. A petição inicial e seus requisitos
54. Os requisitos da inicial e as características do mandado de segurança
55. Alguns detalhes da petição inicial do mandado de segurança: o sujeito passivo da ação
56. Inexistência de litisconsórcio entre coator e pessoa jurídica interessada
57. Autoridade coatora, na concepção legal
 - 57.1. Correção da nomeação equivocada da autoridade coatora
 - 57.2. Autoridade coatora e a teoria da encampação
 - 57.3. Autoridade coatora, nos casos das equiparações do § 1º, do art. 1º, da Lei nº 12.016
58. Especificação das provas a produzir. Exibição de documentos em poder do coator ou de terceiro
 - 58.1. Documentos indispensáveis à instrução da petição inicial
 - 58.2. Instrumento do mandato do advogado do impetrante
59. Petição inicial por meio eletrônico
60. Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido
61. O pedido
 - 61.1. Descabimento de pedido que transforme o mandado de segurança em ação de cobrança
62. Valor da causa

- 63. Denegação do mandado de segurança, sem resolução do mérito
- 64. Renovação do pedido de mandado de segurança
- 65. Desistência do mandado de segurança

Capítulo VIII

DESPACHO DA PETIÇÃO INICIAL

- 66. O procedimento sumário do mandado de segurança
- 67. A natureza da notificação da autoridade coatora
- 68. As informações requisitadas da autoridade coatora
- 69. A ciência da pessoa jurídica interessada
- 70. Cientificação no caso de organismo autônomo não personalizado
- 71. Tutela antecipada: suspensão liminar do ato impugnado
 - 71.1. A importância da tutela de segurança alcançável por meio da liminar
- 72. Requisitos da liminar do mandado de segurança
- 73. Momento processual da liminar
- 74. O caráter mandamental e não discricionário da medida liminar
- 75. Dimensões da liminar
- 76. Direito à liminar e exigência de caução
- 77. Duração dos efeitos da liminar
- 78. Recurso contra a decisão relativa à liminar do mandado de segurança
- 79. Vedações à liminar
- 80. Limite temporal dos efeitos da liminar: inexistência
 - 80.1. Tramitação preferencial do mandado de segurança
- 81. O mandado de segurança e o Código de Processo Civil

Capítulo IX

PEREMPÇÃO OU CADUCIDADE DA LIMINAR

- 82. Revogação e cassação da liminar
- 83. Revogação tácita
- 84. Perempção ou decadência da liminar

Capítulo X

PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

- 85. Medidas Administrativas preparatórias da defesa da pessoa jurídica
- 86. Providência administrativa a cargo da autoridade coatora
- 87. Prazo para a manifestação da pessoa jurídica interessada nos autos
- 88. Representação judicial da pessoa jurídica afetada pelo mandado de segurança

Capítulo XI

INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL

- 89. Indeferimento da petição inicial
- 90. Recurso contra o indeferimento da petição inicial
- 91. Litisconsórcio ativo superveniente

Capítulo XII

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DOS ATOS DE COMUNICAÇÃO PROCESSUAL

92. Documentação processual da notificação da autoridade coatora e da citação

Capítulo XIII

MINISTÉRIO PÚBLICO

93. Participação do Ministério Público

94. O Ministério Público como impetrante do mandado de segurança

95. O representante do Ministério Público como autoridade coatora

Capítulo XIV

EXECUÇÃO DA SENTENÇA

96. Autoexecutividade da sentença do mandado de segurança

97. A forma de comunicação e cumprimento do mandado de segurança

98. Cumprimento da sentença que defere o mandado de segurança

99. Alguns expedientes utilizáveis para conferir efetividade ao cumprimento da sentença do mandado de segurança

Capítulo XV

RECURSOS

100. O sistema recursal da Lei do Mandado de Segurança

101. Apelação contra a sentença do mandado de segurança

101.1. Atribuição excepcional de efeito suspensivo à apelação

101.2. Prazo para interposição da apelação

102. Duplo grau de jurisdição necessário

103. Recurso da autoridade coatora

104. Execução imediata (*provisória*) da sentença do mandado de segurança

105. Efeito da sentença denegatória da segurança

106. Verbas remuneratórias de servidores públicos reclamáveis por meio de mandado de segurança

107. Recursos particulares ilegalmente apropriados pela Administração

Capítulo XVI

SUSPENSÃO DA SEGURANÇA

108. Suspensão cautelar da segurança

109. Natureza jurídica

110. Cabimento do incidente

111. Legitimidade para promover o incidente

112. Competência

113. Procedimento

114. Oportunidade e eficácia do incidente

115. Reiteração do pleito e agravo interno

116. Recurso contra a decisão do pedido de suspensão da segurança

117. Expansão dos efeitos da suspensão a outros processos

Capítulo XVII

MANDADO DE SEGURANÇA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

118. Mandado de segurança de competência originária de Tribunal

- 119. Sustentação oral
- 120. Recorribilidade da decisão do relator sobre a liminar do mandado de segurança
- 121. O agravo interno

Capítulo XVIII

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DAS SESSÕES DE JULGAMENTO

- 122. Substituição do acórdão pelas notas taquigráficas

Capítulo XIX

RECURSOS EM MANDADO DE SEGURANÇA DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS

- 123. Sistema recursal aplicável ao mandado de segurança
- 124. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça
- 125. Recurso ordinário
- 126. Conceito de denegação da segurança
- 127. Prazo do recurso ordinário e reexame necessário
- 128. Julgamento do recurso ordinário

Capítulo XX

MANDADO DE SEGURANÇA E AÇÃO COMUM

- 129. A sentença do mandado de segurança
- 130. Coisa julgada formal e material em mandado de segurança
- 131. Coisa julgada formal em mandado de segurança
- 132. Rescindibilidade da sentença no mandado de segurança
- 133. Coisa julgada e relações jurídicas continuativas

Capítulo XXI

TRAMITAÇÃO PRIORITÁRIA DO MANDADO DE SEGURANÇA

- 134. Processamento em caráter preferencial do mandado de segurança
- 135. Procedimento célere nos tribunais

Capítulo XXII

MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

- 136. O mandado de segurança como instrumento de tutela coletiva
- 137. A tutela coletiva e a substituição processual
- 138. Direitos difusos, direitos coletivos e direitos individuais homogêneos
- 139. Mandado de segurança e ação civil pública
- 140. Requisitos do mandado de segurança coletivo
- 141. Direitos protegidos pelo mandado de segurança coletivo
 - 141.1..... Identificação dos direitos sob tutela do mandado coletivo
 - 141.2.Direitos defendidos pelo mandado de segurança coletivo: os controvertidos “direitos difusos”
 - 141.3.Da pequena relevância da tese que insiste em estender o mandado de segurança coletivo aos direitos difusos
 - 141.4.. A defesa dos direitos difusos por meio do mandado de segurança coletivo
 - 141.5.... Impossibilidade prática de isolar os direitos coletivos dos direitos difusos
 - 141.6. Mandado coletivo e direitos difusos: um falso problema

- 142. Partidos políticos
 - 142.1. Os partidos políticos e sua destinação institucional
 - 142.2. Alguns problemas da legitimação dos partidos políticos, após a Lei nº 12.016/2009
- 143. Organização sindical e entidade de classe
- 144. Associações
 - 144.1. Relação dos associados da entidade impetrante
- 145. Pessoas jurídicas de direito público
- 146. Legitimação do Ministério Público para o mandado de segurança coletivo
- 147. Legitimação passiva do mandado de segurança coletivo
- 148. Competência
- 149. O procedimento do mandado de segurança coletivo

Capítulo XXIII

COISA JULGADA E LITISPENDÊNCIA EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

- 150. O regime da coisa julgada nas ações coletivas, anteriores ao mandado de segurança coletivo
- 151. O regime da coisa julgada nas ações de mandado de segurança coletivo
- 152. Substituição processual e coisa julgada no mandado de segurança coletivo: uma última palavra
- 153. Inocorrência de litispendência entre mandado de segurança coletivo e as ações individuais
- 154. Desistência do mandado de segurança individual
- 155. Restrições à liminar no mandado de segurança coletivo
- 156. Particularidades da sentença do mandado de segurança coletivo

capítulo XXIV

DECADÊNCIA DO DIREITO AO MANDADO DE SEGURANÇA

- 157. Prazo para impetrar o mandado de segurança
 - 157.1. Justificativa constitucional do prazo decadencial estabelecido para o mandado de segurança
- 158. Natureza do prazo para impetração do mandado de segurança
- 159. Contagem do prazo decadencial da segurança
- 160. Algumas situações particulares, em tema do prazo decadencial aplicável ao mandado de segurança

Capítulo XXV

LITISCONSÓRCIO

- 161. Litisconsórcio no mandado de segurança
- 162. Litisconsórcio passivo
- 163. Casos de litisconsórcio passivo necessário
- 164. Litisconsórcio ativo
- 165. Litisconsórcio ativo superveniente
- 166. Assistência no mandado de segurança

Capítulo XXVI

EMBARGOS INFRINGENTES E SUCUMBÊNCIA

- 167. Os embargos infringentes e o mandado de segurança
- 168. Honorários de advogado e encargos sucumbenciais
- 169. Litigância de má-fé

Capítulo XXVII

DESCUMPRIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA

- 170. O cumprimento do mandado de segurança
- 171. Responsabilidade penal da autoridade coatora: crime de desobediência
- 172. Crime de responsabilidade e sanções administrativas
- 173. Outras sanções

Capítulo XXVIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

- 174. Reflexos da Lei do Mandado de Segurança
- 175. A vigência da Lei nº 12.016/2009 e o direito intertemporal
- 176. Leis revogadas

BIBLIOGRAFIA

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

Sinopse